

JORNAL

VIGILANTE



BARRA DE SÃO FRANCISCO - (ES) - DOMINGO - 09 DE MARÇO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR

Av. Castelo Branco, 145, Vila Landinha - Barra de São Francisco - ES

E-mail: beirarioveiculos@hotmail.com

Compra - Vende - Troca - Financia

Jhonatas (27) **99766-5005** Eliseu (27) **99964-4433**
(27) **3756-1949**

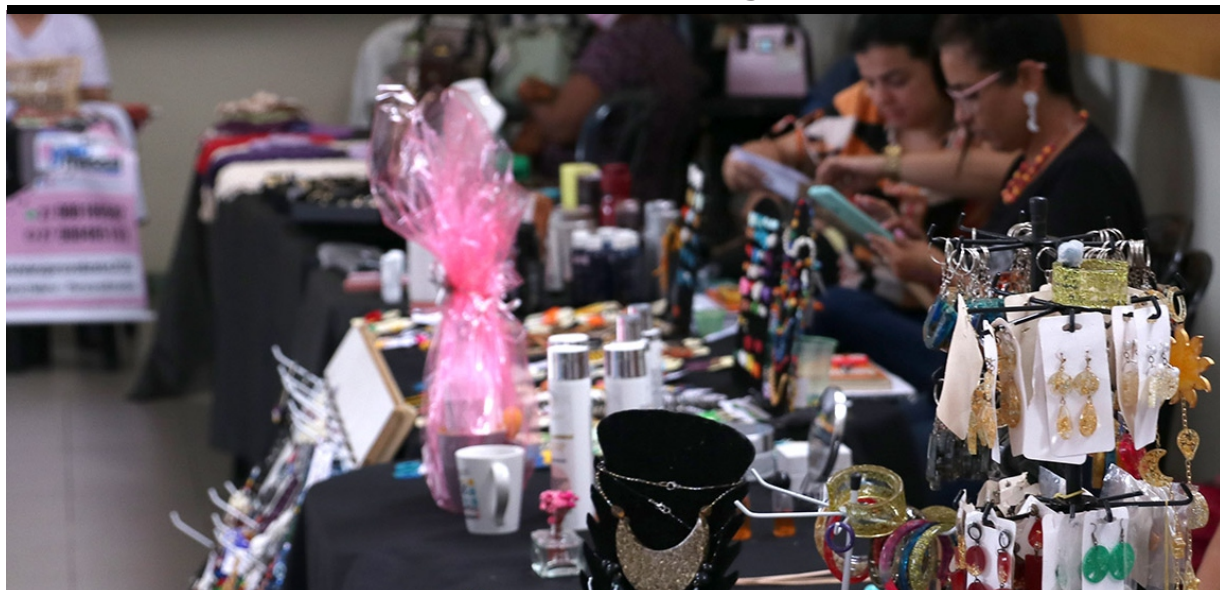


BEIRA RIO
VEÍCULOS



DOS 30 DEPUTADOS ESTADUAIS DA ATUAL LEGISLATURA, APENAS QUATRO SÃO MULHERES, O QUE NÃO CHEGA A 14% DE REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (ALES). O NÚMERO AINDA É MUITO PEQUENO, MAS JÁ AUMENTOU EM RELAÇÃO À LEGISLATURA PASSADA, QUANDO ERAM APENAS TRÊS PARLAMENTARES.

A VACINA CONTRA A INFLUENZA, QUE ERA OFERTADA EM ESTRATÉGIA CAMPANHA, PASSA A SER INCORPORADA NO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO A PARTIR DESTES ANOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES A MENORES DE 6 ANOS (5 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS), IDOSOS COM 60 ANOS OU MAIS E GESTANTES. A DEFINIÇÃO FOI PUBLICADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NO ÚLTIMO DIA 28. AO FAZER PARTE DO CALENDÁRIO NACIONAL DESTES GRUPOS, A OFERTA DA VACINA SERÁ DURANTE TODO O ANO, NA ROTINA, E NÃO MAIS EM CAMPANHAS SAZONAIS. A EXPECTATIVA É QUE A NOVA ESTRATÉGIA PASSE A VALER JÁ A PARTIR DA SEGUNDA QUINZENA DE MARÇO.



UM ESPAÇO PARA EMPREENDEDORISMO, ARTE E CULTURA. COM ESSA PROPOSTA, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (ALES) ABRE NA SEGUNDA-FEIRA (10), ÀS 14 HORAS, A FEIRA CULTURAL MULHERES CRIATIVAS. PROMOVIDA PELA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, COM SUPORTE DA COMISSÃO DE CULTURA DA CASA, A FEIRA SEGUE ATÉ SEXTA-FEIRA (14), DAS 9 ÀS 17 HORAS, NO TÉRREO DO PRÉDIO LEGISLATIVO.



**Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!**

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111

**ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.**

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

AGENDA DA SEMANA: ORDEM DE DESPEJO PAUTARÁ AUDIÊNCIA

A situação de famílias em área de ocupação pautará a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. A reunião será realizada na terça-feira (11), às 9h30, no Auditório Hermógenes Lima Fonseca. Na ocasião, serão debatidos os despejos em todo o estado, principalmente o caso das mais de mil famílias assentadas em Vila Esperança, em Vila Velha. O assunto foi discutido no colegiado no mês passado. Os moradores que ocupam a comunidade há cerca de oito anos estão sob risco de despejo devido a uma decisão de reintegração de posse do Tribunal de Justiça (TJES). A presidente da comissão, deputada Camila Valadão (Psol), está preocupada com a situação das famílias que residem no local. “Agente está acompanhando o caso há algum tempo. Mas a reintegração de posse expõe e coloca em risco as pessoas, que podem ficar desabrigadas e terem vários direitos violados. São milhares de pessoas, famílias que podem ficar sem um teto, em função da ação de reintegração de posse e de despejo. Por isso, a nossa comissão precisa se debruçar para garantir que todos os direitos fundamentais sejam assegurados a essas famílias”, afirmou Camila. Foram convidados para a audiência representantes da Prefeitura de Vila Velha, do governo do Estado, do TJES, da Defensoria Pública, do Ministério Público (MPES), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), além dos moradores da comunidade e outras entidades envolvidas na causa. Hospitais filantrópicos



Na mesma data, às 9 horas, a Frente Parlamentar em Defesa dos Hospitais Filantrópicos do Espírito Santo, presidida pelo deputado Dr. Bruno Resende (União), se reúne no Plenário Rui Barbosa. O objetivo será discutir o trabalho desenvolvido nessas unidades hospitalares no estado. É esperada a participação de membros do Executivo, do TJES, do MPES, do Conselho Regional de Medicina (CRM-ES) e demais instituições ligadas à área da saúde. Segurança Já na quinta-feira (13), a Comissão de Segurança promoverá audiência pública em Marataízes para debater a transformação da 9ª Companhia Independente da Polícia Militar (PM) local em batalhão. Os deputados também discutirão a situação da violência na região. A reunião está marcada para as 18h30, no salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Marataízes. A audiência surgiu de uma demanda do vice-presidente do colegiado, Coronel Weliton (PRD). “Este é um momento crucial para ouvir as demandas da população da região, que será

analisada de forma minuciosa. Levaremos em consideração todos os dados sobre os índices de furto de veículos e furtos ao patrimônio, áreas que exigem atenção especial”, afirmou o deputado Delegado Danilo Bahiense, que preside a comissão. “É importante destacar que, no caso dos furtos contra o patrimônio, temos uma grande demanda por respostas e, infelizmente, a elucidação desses crimes ainda é muito baixa. Segundo levantamento realizado por nós e pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, apenas 2% desses crimes são esclarecidos”, explica o parlamentar. Bahiense completa: “O evento tem como objetivo reunir as vozes da comunidade, identificar as necessidades locais e buscar soluções eficazes, reforçando a importância da participação ativa da população no processo de construção de políticas públicas mais justas e eficientes para a segurança de todos”. Confira a agenda da semana Terça-feira (11) 9 horas - Frente Parlamentar em Defesa dos Hospitais Filantrópicos do Espírito Santo – Plenário Rui Barbosa 9h30 – Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos – Auditório Hermógenes Lima Fonseca Quarta-feira (12) 14 horas - Reunião da CPI dos Maus-Tratos - Plenário Rui Barbosa Quinta-feira (13) 18h30 – Audiência pública da Comissão de Segurança - Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Marataízes

ASSEMBLEIA ABRE FEIRA CULTURAL MULHERES CRIATIVAS NA SEGUNDA (10)

Um espaço para empreendedorismo, arte e cultura. Com essa proposta, a Assembleia Legislativa (Ales) abre na segunda-feira (10), às 14 horas, a Feira Cultural Mulheres Criativas. Promovida pela Procuradoria Especial da Mulher, com suporte da Comissão de Cultura da Casa, a feira segue até sexta-feira (14), das 9 às 17 horas, no térreo do prédio legislativo. Além da comercialização de artesanato e comidas, a abertura do evento contará com o lançamento do livro infantil “O Mundo de Tita”, da escritora Juh D’Lyra, apresentação de slam - poesia falada - com o

coletivo Quimera, além da exposição “As várias faces de Frida”, da artista Fabiana Natalino. A abertura oficial contará com a presença da Procuradora Especial da Mulher, deputada Iriny Lopes (PT), e do presidente da Casa, deputado Marcelo Santos (União). As várias faces de Frida Arte, natureza e o poder feminino se fundem na exposição da artista Fabiana Natalino, que retrata a icônica pintora mexicana Frida Kahlo em aquarelas feitas com pigmentos da terra e elementos naturais. Criada em abril de 2023, a mostra é uma celebração da força inerente às mulheres e à natureza. Inspirada

pelos quatro elementos – terra, água, fogo e ar – a exposição é um convite à reflexão sobre as várias faces que compõem a identidade feminina.



ARSP APROVA METODOLOGIA PARA REVISÃO DA MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO DA ES GÁS



A Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) publicou a Resolução nº 084, de 26 de fevereiro de 2025, que estabelece a metodologia para a revisão da margem média de distribuição da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). A medida é um passo importante para o início do segundo ciclo tarifário da concessionária, previsto para 1º de agosto de 2025.

A resolução define como a ARSP irá revisar a margem média de distribuição da ES Gás, considerando a estrutura de custos e de mercado da empresa, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, o plano de investimentos, as metas de qualidade para o ciclo

tarifário e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

"Este é um processo crucial para assegurar que a ES Gás continue a fornecer um serviço

de qualidade, ao mesmo tempo em que garante tarifas justas e acessíveis para todos os consumidores do Espírito Santo", afirma a diretora de Gás Canalizado e Energia da ARSP, Débora Niero.

Segundo o diretor geral da ARSP, Alexandre Careta Ventorim, "essa resolução é resultado do empenho da equipe tarifária e a de gás da Agência juntamente com as contribuições da sociedade através da consulta pública."

Próximos Passos

A revisão da margem de distribuição é um processo complexo que envolve análise detalhada de diversos fatores e a participação da

sociedade por meio de consulta pública.

A ES Gás deverá apresentar seu plano de negócios, detalhando os investimentos e projeções para o próximo ciclo tarifário. A ARSP vai analisar o plano, podendo aprovar ou solicitar modificações, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e o atendimento aos princípios de modicidade tarifária e desenvolvimento do serviço público. O gerente de Regulação Econômica e Tarifária, Verival Pereira, explica como será a próxima etapa da revisão.

"Vamos apresentar o resultado preliminar da revisão tarifária, de acordo com a metodologia aprovada nesta oportunidade, e as diretrizes de estrutura tarifária. Vamos ainda divulgar o plano de negócios que balizará as tarifas para o próximo ciclo. Todos esses sistemas serão objeto de consulta pública, com total transparência e na expectativa de que recebamos as contribuições dos usuários e demais interessados", ressalta Pereira.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da ARSP

SEGER PUBLICA CONSULTA PÚBLICA SOBRE O NOVO DECRETO DE CONVÊNIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO

A Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger) publicou, nesta sexta-feira (07), a Consulta Pública Nº 001/2025, que manifesta o interesse da Administração em debater questões relacionadas aos trâmites do processo do Novo Decreto de Convênios do Estado do Espírito Santo.

O novo regulamento disciplinará a celebração de convênios de natureza financeira, em substituição ao Decreto Estadual Nº 2.737-R/2011, e em conformidade com as disposições da Lei Federal Nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

A consulta e a minuta do referido decreto ficarão disponíveis no portal www.convenios.es.gov.br, de 10 a 28 de março de 2025. Durante este período, os interessados poderão apresentar comentários e sugestões, que deverão ser encaminhados exclusivamente para o e-mail convenios.siga@seger.es.gov.br, com a identificação do autor (nome

completo, órgão/entidade/ente, CNPJ/CPF, e-mail, telefone) e com o título/assunto "Consulta Pública 001/2025 – Novo Decreto de Convênios do Estado do Espírito Santo".

"Aminuta proposta busca, sobretudo, adequar a norma estadual às mudanças introduzidas pela Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, visa simplificar os procedimentos das fases de celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas dos convênios. Com isso, pretende-se fortalecer o controle, a transparência e a eficiência da gestão pública, garantindo uma norma mais robusta, eficaz e alinhada às necessidades da população e da administração pública", explicou o secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Marcelo Calmon.

Calmon destacou, ainda, a importância da consulta pública. "É essencial abrir espaço para que outros atores do processo — como

órgãos estaduais, municípios convenientes, órgãos de controle externo e a sociedade civil — possam se manifestar sobre o novo Decreto de Convênios do Estado do Espírito Santo, participando ativamente de sua elaboração".

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Seger

Consulta Pública

NOVO DECRETO DE CONVÊNIOS DO ES

Consulta e minuta disponíveis em www.convenios.es.gov.br

Comentários e sugestões devem ser encaminhados para o e-mail convenios.siga@seger.es.gov.br

O prazo de envio é até o dia 28 de março de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Gestão e Recursos Humanos

PROPOSTA RECONHECE ATUAÇÃO DO SISTEMA S NO ESPÍRITO SANTO

Como forma de reconhecer os serviços prestados pelas nove instituições integrantes do Sistema S, o deputado Capitão Assunção (PL) propõe que em 16 de maio seja comemorado em todo o Espírito Santo o Dia Estadual do Sistema S. A iniciativa consta no Projeto de Lei (PL) 126/2025, apresentado na Assembleia Legislativa (Ales). O autor apresentou pedido de urgência para análise da proposta.

O deputado justifica a importância do reconhecimento oficial ao destacar que o Sistema S - composto por Sesc, Senac, Sesi, Senai, Senar, Sebrae, SESCOOP, Sest e Senat - responde pela capacitação e formação profissional de técnicos que atuam em setores que respondem por mais da metade dos empregos formais no Espírito Santo. São áreas como comércio de bens, serviços e turismo que envolvem estabelecimentos como bares, restaurantes, pousadas, hotéis, agências de viagens e transporte de passageiros.

O deputado cita como fonte dos dados relativos à empregabilidade levantamentos realizados pela Federação do Comércio (Fecomércio-ES) e pelo Ministério do Trabalho. “Em um estado onde o PIB depende fortemente desses setores



– cerca de 70%, segundo o IBGE – o Sistema S (...) emerge como um pilar essencial, capacitando trabalhadores, apoiando empreendedores e oferecendo serviços que transformam vidas”, enfatiza o parlamentar.

“A criação do ‘Dia do Sistema S’ e da ‘Semana S do Comércio’ em 16 e 17 de maio tem propósitos claros: engajar a população, fortalecer a imagem dessas instituições e ampliar o alcance de suas ações. A formalização de uma data possibilita que a sociedade valorize de forma mais efetiva as iniciativas voltadas para educação, saúde e lazer”, defende o autor da proposta.

Capitão Assunção ainda afirma que a iniciativa reforça mobilização nacional liderada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pelas federações estaduais, que reuniram milhões de assinaturas contra a

medida que redireciona 5% dos recursos de contribuições sociais antes destinados ao Sesc e Senac. “No Espírito Santo, esses cortes significariam menos cursos, menos atendimentos médicos e menos apoio ao pequeno comerciante de Cachoeiro de Itapemirim ou Colatina. Instituir o ‘Dia do Sistema S’ é, portanto, um ato de resistência e de compromisso com quem mais

precisa”, reforça.

Jovens beneficiados

O deputado acrescenta que no Espírito Santo o Sistema S é sinônimo de oportunidade, uma vez que capacita anualmente milhares de jovens em áreas como turismo e hotelaria, setores cruciais para cidades como Guarapari e Vitória.

“O Senai forma técnicos que sustentam nossa indústria em polos como Serra e Anchieta, enquanto o Sesc leva saúde e cultura a comunidades que o poder público muitas vezes não alcança”, observa o deputado, acrescentando que, em 2023, mais de 60 mil capixabas foram diretamente beneficiados por cursos e serviços dessas entidades.

Protocolado nesta sexta-feira (7) o projeto de Capitão Assunção aguarda leitura em Plenário e despacho da Presidência.

DEFESA CIVIL E SECRETARIA DE OBRAS FAZEM CONTENÇÃO EMERGENCIAL EM ENCOSTA DE COLATINA



A Defesa Civil e a Secretaria de Obras de Colatina estão minimizando os riscos de novos deslizamentos na comunidade de Rivierinha, no bairro Maria das Graças, desde a última terça-feira de Carnaval.

Hoje, dia 07/03, as ações no local continuam com obras de elevação de parte da rua e desvio do fluxo da água pluvial com objetivo de reduzir os impactos da erosão e evitar que a

situação se agrave. Na última terça-feira de Carnaval, dia 04/03, parte de uma encosta cedeu e caiu no quintal da residência. Os moradores acionaram a Defesa Civil, que agiu rapidamente com trabalhos emergenciais para conter danos maiores.

As equipes permanecem monitorando a área e estudam novas intervenções para garantir a estabilidade do terreno. A Defesa Civil reforça a importância de os moradores ficarem atentos a sinais

situação se agrave.

Ontem, as equipes, com apoio do Corpo de Bombeiros, estiveram no local para realizar o corte das árvores que ameaçavam a segurança dos moradores.

Na última terça-feira de Carnaval, dia 04/03, parte de uma encosta cedeu e caiu no quintal

de novos deslizamentos e comunicarem qualquer anormalidade.

O comandante da Defesa Civil de Colatina, Capitão Scottá, destacou a importância das ações emergenciais no local:

“Desde o primeiro momento, nossas equipes estão atuando para minimizar os riscos e garantir a segurança dos moradores. Já realizamos o corte de árvores que ameaçavam a residência, vamos fazer intervenções necessárias e emergenciais. Seguimos monitorando a área e pedimos que a população permaneça atenta a qualquer sinal de novos deslizamentos.”

Fotos: Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Colatina.

Informações à Imprensa:

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

MAIS DE 150 PROFISSIONAIS PASSAM A ATUAR EM MUNICÍPIOS PARA FORMAÇÕES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE



Em uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesa), 152 novos profissionais da saúde de diversas categorias começam a reforçar a Atenção Primária à Saúde (APS) capixaba. Os profissionais, selecionados para o Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (Qualifica-APS), do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI), vão atuar em 23 municípios. Os profissionais têm até o dia 28 de março para se apresentarem nos municípios selecionados. Serão 33 enfermeiros e 30 cirurgiões-dentistas que vão realizar a formação em Saúde da Família; 25

psicólogos, 15 assistentes sociais, 13 nutricionistas, 13 fisioterapeutas, 12 profissionais de Educação Física e sete farmacêuticos que terão como cenário de prática as Equipes Multiprofissionais Ampliadas (Emulti), além de quatro profissionais para a formação em Consultório na Rua. A adesão ocorreu nos dias 27 e 28 de fevereiro, no Palácio da Fonte Grande, em Vitória. A atuação dos profissionais de saúde será distribuída entre as regiões de saúde do Estado, com a realização dos Aperfeiçoamentos em Saúde da Família; Interprofissionalidade na Atenção Primária à Saúde (APS) e em Atenção Primária com ênfase em Consultório na Rua, respectivamente. A coordenadora do Provimto e Fixação de Profissionais, Maiara Baratela, afirmou que a chegada de novos profissionais representa um ganho para a população, já que os profissionais vão passar por

formações que estão de acordo com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). “Vivenciando a realidade do SUS na prática, acreditamos que os profissionais vão desenvolver um novo olhar crítico-reflexivo e ampliação do escopo de competências, além de promover inovação em processos e a integração com outros programas e projetos do ICEPI”, reforçou. As formações são ofertadas pelo Provimto e Fixação de Profissionais e têm duração de três anos, sendo compostas de 32 horas de atividades práticas e oito horas de atividades teórico e/ou teórico-práticas. Os municípios de atuação dos 152 profissionais são: Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Alto Rio Novo, Aracruz, Atílio Vivácqua, Barra de São Francisco, Cariacica, Castelo, Colatina, Domingos Martins, Linhares, Mimoso do Sul, Montanha, Pinheiros, Piúma, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha, Serra, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha. Informações à Imprensa: Assessoria de Comunicação da Sesa

SOPRANO CAPIXABA É A PRIMEIRA MULHER BRASILEIRA A INGRESSAR NA ACADEMIA DE ÓPERA DE PARIS

A cantora lírica capixaba Lorena Pires acaba de ser aprovada para integrar a Academia de Ópera de Paris. Formada em bacharelado em Música, com habilitação em Canto pela Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames), com 25 anos, a cantora acumula premiações e participações em grandes concertos. Sob o acompanhamento do cantor e professor Lício Bruno, durante seus estudos na Fames, Lorena foi o grande destaque do Festival de Música Erudita do Espírito Santo de 2023. No mesmo ano, ela venceu o Concurso Joaquina Lapinha, na cidade de Tatuí, em São Paulo, e apresentou-se em um concerto no Teatro Municipal de São Paulo. Conquista inédita Com a conquista, Lorena se torna a primeira mulher brasileira a entrar para o quadro de cantores da Academia de Ópera de Paris, uma das mais importantes do mundo. Ainda “digerindo” a notícia, Lorena comentou sobre a novidade: “Ser a primeira mulher brasileira na

Academia de Ópera de Paris é uma coisa muito grandiosa, especialmente pelo histórico da minha família, que são pessoas extremamente simples, que se sacrificaram muito para que eu pudesse chegar até aqui.” Origem Quilombola Lorena é capixaba e sua família vem do quilombo de Vila Juazeiro, no extremo sul da Bahia. “Para chegar até este ponto, foram dados muitos passos, mas esses passos não começaram em 2020 quando eu entrei na Fames. E não começaram em 2016 quando eu comecei a fazer aula de canto. Esses passos vêm de muito longe, vêm de 1500”, afirmou a cantora, lembrando de seus ancestrais e das diversas gerações que se sacrificaram para que as novas gerações tivessem oportunidades. Agenda intensa No segundo semestre do ano passado, ela cantou o papel de Lauretta no Gianni

Schicchi, de Puccini, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. E, em 2025, vai participar da produção de Porgy and Bess, de Gershwin, no Municipal de São Paulo, interpretando o papel de Clara. “É muito importante ter competência, mas você ter oportunidade também é o divisor de águas, e foi o que tive. Agradeço a todos os que passaram pelo meu caminho e me ajudaram”, complementou. Informações à Imprensa: Assessoria de Comunicação da Fames



MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SAÚDE SE REÚNEM EM PROL DO FORTALECIMENTO DO SUS NA 1ª REUNIÃO CIR METROPOLITANA

A Superintendência Regional de Saúde de Vitória (SRSV) reuniu os gestores de saúde municipais dos 23 municípios que compõem a Região Metropolitana de Saúde para a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional Metropolitana de Saúde (CIR Metropolitana). A reunião, que aconteceu na última quinta-feira (27), marcou o amplo diálogo de ações para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) capixaba e pactuações.

As Comissões Intergestores são instâncias de negociação e pactuação entre gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). O encontro contou ainda com a participação do secretário de Estado da Saúde, Tyago Hoffmann, que destacou a importância de o Estado ganhar mais eficiência na oferta de serviços de saúde à população, dando como um dos caminhos o investimento em processos, tecnologia e inovação, como a oferta das teleconsultas. “No momento, nossa prioridade são as teleconsultas, que é um caminho, inclusive, para a redução de custos dos municípios, muito mais do que para nós. A gente sabe, principalmente aqueles que ficam mais distantes, o quanto gastam de transporte sanitário. Com a teleconsulta vamos conseguir aumentar significativamente o número de atendimentos nas várias especialidades médicas ofertadas, diminuindo o tempo de espera e evitando o deslocamento de pacientes para a Grande Vitória”.

Hoffmann reforçou que o investimento por parte dos municípios é baixo e sua adesão é essencial. “Peço a todos os secretários de saúde que invistam nesse modelo que já é um caminho sem volta no mundo e representa o futuro”.

Ainda sobre as teleconsultas, o superintendente da SRSV, Alexsandro Vimercati, lembrou da inauguração da sala naquela mesma semana em Marechal Floriano. “Estivemos lá nessa terça-feira



[25], o prefeito abraçou a oportunidade e foram realizados neste dia 10 atendimentos com um ortopedista adulto e pediátrico. Os pacientes saíram satisfeitos destacando o fato de não precisarem vir até a Grande Vitória, dizendo também que com a teleconsulta já saem com a receita, com os exames necessários, a medicação prescrita”.

O superintendente informou que outros municípios da Regional já estão preparando suas salas de teleconsulta para inaugurar neste mês de março, como Domingos Martins, Vila Velha, Viana, Guarapari, Venda Nova do Imigrante, Laranja da Terra e Aracruz, que serão inauguradas em março.

Durante o encontro, os profissionais nomearam como coordenadora e o vice-coordenador da CIR Metropolitana, a secretária de Saúde de Afonso Cláudio, Carolina Dias Gomes, e o secretário de Saúde de Santa Maria de Jetibá, Carlos Alberto Jarsk, respectivamente. A secretária executiva é Ludmilla Barroso Silva Brito.

Pautas abordadas durante a 1ª Reunião Durante a reunião, foram abordadas também as temáticas da política de contratualização com unidades sob gestão municipal; o cenário epidemiológico regional; as propostas de repasse financeiro para arboviroses e ferramentas de enfrentamento; a

apresentação do Comitê Estadual de Auditoria; o monitoramento dos indicadores em saúde do trabalhador e o Vigidesastre estadual.

Sobre as arboviroses, o subsecretário de Vigilância em Saúde (SSVS), Orlei Cardoso, reforçou as ações já iniciadas pela Secretaria da Saúde (Sesa), no enfrentamento ao *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Zika e chikungunya, e também do maruim, que transmite a Oropouche.

“Nós tivemos o anúncio feito recentemente pelo Governo do Estado, o investimento de R\$ 635 milhões em novos projetos e investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) do Espírito Santo nos próximos dois anos, quando foi anunciada a instalação do Centro Integrado de Comando e Controle das Arboviroses (CICC – Arbovirose). Agora precisamos mostrar a cada gestor municipal esta contrapartida do Estado, o papel do município, e explicar um pouco melhor as ferramentas que temos para o enfrentamento das arboviroses, principalmente as tecnologias novas que acabaram de chegar e vão ajudar ainda mais nesse enfrentamento”, disse Orlei Cardoso.

As demais apresentações foram ministradas pelo presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do Espírito Santo (COSEMS-ES), Michel Fernandes Barth; pelo subsecretário de Contratualização em Saúde, Heber Lauar; pelo chefe do Núcleo Especial de Sistemas de Informação em Saúde, Gustavo Teixeira; pela gerente de Auditoria em Saúde, Carolina Coura; e pela coordenadora técnica do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador Metropolitano (CEREST), Lilian Lopes Damasceno.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Sesa

PGE LANÇA NOVO EDITAL DO REGULARIZE CAPIXABA

Empresas que tiverem débitos com o Estado, inscritos em Dívida Ativa, já poderão iniciar o ano regularizando suas situações fiscais com descontos de até 100% nos juros e 50% na multa e demais encargos. É o que prevê o primeiro edital do programa Regularize Capixaba, em 2025.

Pelo edital, estão aptas a requerer adesão empresas que tiverem sido autuadas por descumprimento de obrigações acessórias, tais como não emitir nota fiscal, deixar de escriturar documentos fiscais, bem como escriturar fora do prazo ou com irregularidades. As empresas cujos pedidos de adesão forem aceitos poderão pagar seus débitos com descontos de 100% nos juros e 50% na multa e demais encargos em caso de pagamento à vista. Para aquelas que optarem por parcelar o pagamento, o desconto será de 80% nos juros e 30% na multa.

Na opinião da procuradora-chefe do Núcleo de Transação Tributária (NTT) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE),

Thaís Educação, o Regularize Capixaba vem proporcionando uma grande oportunidade para as empresas que atuam no Estado. “Já conseguimos ajudar muitas empresas desde o ano passado, quando criamos o nosso programa de transação tributária, contribuindo sobremaneira para a economia do Estado”, afirmou.

Nessa primeira fase, a transação será apenas para as empresas que já têm ação judicial (execução fiscal e/ou qualquer outra ação). As negociações serão realizadas na Semana de Conciliação do Tribunal de Justiça, que ocorrerá no período de 17 a 21 de março. Em um segundo momento, a partir de 24 de março, o edital será aberto para as demais empresas que não tiverem ação judicial.

Para requerer a adesão ao edital, os interessados em participar da Semana de Conciliação deverão manifestar seu interesse enviando e-mail para o Núcleo de Transação Tributária (ntt@pge.es.gov.br) informando o nome da pessoa jurídica, CNPJ e o número do

processo judicial. O Tribunal de Justiça convocará as empresas para realizarem a transação em audiência no período de 17 a 21 de março.

Para os demais contribuintes o formulário eletrônico de requerimento de adesão estará disponível a partir do próximo dia 24 no site da PGE (menu “Regularize Capixaba”). As informações completas para solicitar a adesão podem ser encontradas no edital (Edital PGE/ES Transação nº 01/2025), que já está disponível para download no site da PGE.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da PGE/ES



LUTA POR DIREITOS: DEPUTADAS ATUAM POR EQUIDADE E CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dos 30 deputados estaduais da atual legislatura, apenas quatro são mulheres, o que não chega a 14% de representação feminina na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). O número ainda é muito pequeno, mas já aumentou em relação à legislatura passada, quando eram apenas três parlamentares.

Atualmente, o Legislativo estadual capixaba conta com o trabalho de Camila Valadão (Psol), Iriny Lopes (PT), Janete de Sá (PSB) e Raquel Lessa (PP). Apesar de ser uma bancada pequena do ponto de vista numérico, são mulheres com forte atuação na vida política e social. Todas com legado relevante e com história de importantes lutas em várias áreas, inclusive nas causas femininas.

Raquel Lessa, por exemplo, foi a primeira mulher à frente da Prefeitura de São Gabriel da Palha, em 2004. Janete de Sá, a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Ferrovários no Estado, uma categoria predominantemente masculina. Iriny Lopes, a primeira ministra das mulheres, cargo que ocupou no governo Dilma Roussef, em 2011 e 2012. Camila Valadão foi a mulher com maior número de votos para deputada estadual, alcançando a marca de mais de 52 mil eleitores que escolheram seu nome para a Casa Legislativa em 2022.

Camila Valadão

No Parlamento, a atuação das deputadas deixa marcas fortes no movimento feminista. Uma das legislações aprovadas na Casa e em vigor é a Lei 12.085/2024, que instituiu a Política de Sistematização de Dados Integrados de Violência contra Mulher no Estado. O objetivo da matéria, de autoria de Camila Valadão, é obter informações para subsidiar políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres. E a ideia já tem dado resultados.

De acordo com a secretária estadual das Mulheres, Jacqueline Moraes, “a sistematização de dados traz efetividade na política pública. Quando os dados estão à mostra pra que todo cidadão possa ver, nós, que somos operadores da política pública, temos condição de acessar e construir política pública mais efetiva. Ou seja, levar para aquela cidade, para aquela localidade, naquela faixa etária, criar uma linguagem para aquela faixa etária mais afetada (...)”, explica.

A titular da pasta da mulher complementa que a lei colabora para “a forma de nos comunicarmos, o local onde vamos entregar essa política, porque a política de enfrentamento à violência contra as mulheres é uma política intersetorial, de várias pastas, mas é também uma política de desconstrução de uma sociedade machista estrutural. E aí a gente precisa de envolvimento de toda a sociedade, e a Assembleia está nessa parceria, de ter feito essa lei de sistematização, mas também de a gente utilizar esses dados como fonte primária de construção de política pública”.

Moraes avalia que a organização dos dados está na vida da secretaria todos os dias. “Recentemente nós tivemos na cidade de São Mateus projeto de empregabilidade. Porque autonomia financeira também tira as mulheres da violência. Quando a gente olha para os dados e vê a cidade que tem o maior índice de mulheres que estão em situação de violência e que estão desempregadas, então é uma ação específica e nós estamos fazendo isso na prática”, conta a secretária.

Outra política pública implementada com suporte dos dados sistematizados são os Centros Margaridas. Ao todo são dez núcleos (um em cada uma das dez microrregiões do Estado) com atendimento multidisciplinar que conta com psicóloga, assistente social, educadora social, entre outros profissionais.

“A gente acolhe as mulheres vítimas de violência, aquelas que já foram para uma delegacia, têm uma medida protetiva, mas também aquelas que não foram para uma delegacia e às vezes falta um pouco de coragem de denunciar o agressor porque muitas vezes esse agressor é o pai do seu filho, é o mantenedor da sua casa, é o amor da vida dessa mulher. E ela muitas vezes não quer denunciar, não quer que ele vá preso. Então o Centro Margarida acolhe todas essas mulheres (...). Cada mulher sai de lá com seu projeto de vida, com seu plano terapêutico psicológico, com orientação da advogada, com orientação da assistente social para ela conseguir, primeiro, identificar o ciclo da violência, se fortalecer, e quem sabe se empoderar para sair dessa relação”, afirma Jacqueline Moraes.

Aluguel Maria da Penha

A parlamentar do Psol também propõe a instituição de aluguel para as vítimas de violência impedidas de retornarem ao lar em função do risco de novas agressões. O benefício, chamado de “Aluguel Maria da Penha”, prevê o pagamento de R\$ 600 mensais durante um ano para mulheres sob medida protetiva e que estejam comprovadamente em vulnerabilidade, com renda de até dois salários mínimos antes da separação do agressor. O Projeto de Lei (PL) 277/2023 segue tramitando em regime de urgência na Casa.

“Infelizmente, a violência doméstica e o feminicídio são realidades no nosso Estado. A gente está no início do ano e já tem os índices que demonstram que o mês de janeiro, o mês de fevereiro, foram meses sangrentos, literalmente, para as mulheres, com muitos feminicídios. O Aluguel Maria da Penha é exatamente uma política estadual para que a gente crie condições para que as mulheres rompam com esse ciclo de violência. Então considero uma política com impacto importante nesse índice lamentável que a gente tem no Espírito Santo”, afirma a autora do PL.

Camila também chegou a propor medida para enfrentar a violência obstétrica: a criação de programa de enfrentamento à violência deste tipo, visando proteger gestantes e parturientes. O projeto tramitou conjuntamente com outra proposta sobre o mesmo tema, mas acabou arquivado após veto do governo.

Outro projeto de iniciativa de Camila Valadão é o PL 235/2023. A matéria pretende conceder isenção de pagamento da taxa de inscrição em concurso público para doadoras regulares de leite humano. A intenção é incentivar essa prática, que salva a vida de muitos bebês internados e que necessitam de leite materno para seu desenvolvimento.

Apesar de ter muitas propostas voltadas para as mulheres, Camila Valadão lembra que essa não é a única pauta das parlamentares. “Acho que nós, mulheres, quando chegamos nos espaços de poder, muitas vezes eles acham que nós temos que debater só temas que têm a ver com a pauta de mulheres ou com a pauta do cuidado, de maneira geral, da assistência... E eu digo sempre que a gente quer presidir a Assembleia, as comissões da Assembleia. A gente quer estar na Comissão de Constituição e Justiça, a gente quer estar na Comissão de Finanças, de Segurança... Enfim, a gente quer ocupar todos os espaços porque, assim como os homens, nós temos capacidade, condições teóricas e políticas para isso. Então, no meu mandato, a gente vai tentando pautar todos os temas”, destaca a deputada.

Iriny Lopes

Também com atuação marcante na luta feminista, a petista Iriny Lopes, quando exerceu mandato de deputada federal, foi relatora, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da Lei Maria da Penha (11.340/2006), um marco legal na luta contra violência de gênero. A Lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2006.

Iriny também é autora da lei federal que instituiu 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, conhecida como Lei do Laço Branco. A data marca a mobilização de homens para atuarem no combate à violência de gênero e foi escolhida para se opor a um grande ato de violência cometido contra mulheres. Em 6 de dezembro de 1989, um jovem de 25 anos invadiu uma escola politécnica em Montreal, no Canadá, mandou que os homens se retirassem e assassinou à queima roupa as 14 mulheres presentes na sala.

Depois, o assassino cometeu suicídio, mas deixou uma carta dizendo que não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia, um curso tradicionalmente frequentado por homens. Esse massacre mobilizou a opinião pública mundial para envolver os homens a atuarem contra a violência sofrida pelas mulheres.

Na Assembleia, a ex-ministra das mulheres atualmente preside a Procuradoria Especial da Mulher da Casa. No órgão, está à frente de várias iniciativas na defesa feminina, como a campanha 21 Dias de Ativismo pelo



fim da Violência contra a Mulher, que faz parte de uma ação internacional organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mas a data (entre 20 de novembro e 10 de dezembro) foi oficialmente incluída no calendário do Estado por meio da Lei 12.182/2024, de autoria da própria Iriny.

Ainda falando sobre ativismo, a parlamentar também é autora do PL 620/2023, que institui a Campanha Continuada de Repúdio aos Crimes de Violência Praticados contra a Mulher “Conscientizando de Janeiro a Janeiro”. Além de sensibilizar a sociedade sobre a gravidade desse tipo de crime e a necessidade de acabar com o problema, a proposta pretende combater a impunidade e garantir a efetivação da justiça nos casos de violência de gênero.

Órfãos de feminicídio

Na Ales, o projeto que Iriny trata com maior carinho é o que instituiu a Lei 11.402/2021, conhecida como Lei Jaciara da Silva, de atenção e proteção a órfãos do feminicídio. O objetivo da lei é minimizar os danos psicológicos em crianças e adolescentes que perderam a mãe para a violência e que têm o pai – normalmente o autor do crime – foragido ou preso. O nome da lei é uma referência à técnica de enfermagem, morta a facadas, em 2021, na frente da filha que, na época, tinha 11 anos.

“São 2 milhões de crianças no Brasil órfãos do feminicídio. Órfãos porque a mãe foi assassinada, órfãos porque o pai ou fugiu ou está na prisão. E tem o fato de as crianças terem acompanhado o momento da morte, ou o crescer da violência até o momento que levou à morte de sua mãe. Então, isso pra mim é muito forte, porque daqui a 30, 40 anos, quem serão essas pessoas? Como elas vão atuar? Nós precisamos mudar o mundo para igualdade. Pessoas que viveram essa marca terão a oportunidade de viver essa igualdade, se o Estado não cumprir o papel de dar a mão e trazer essa criança para o tratamento?” avalia a parlamentar.

A saúde da mulher é outra pauta defendida por Iriny na Ales. Ela é autora da Lei 11.799/2023, norma que garante a mulheres no Espírito Santo o direito de ter acompanhante em consultas e exames, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado. De acordo com a deputada, o objetivo é dar mais segurança às mulheres contra possíveis abusos, como os muitos casos noticiados e outros que também ocorrem, mas não se tornam públicos, embora também gerem abalos nas mulheres.

Iriny é autora ainda de outras propostas na mesma área: uma delas, o PL 383/2024 busca ampliar a atenção à saúde da mulher, com atendimento humanizado, realização de exames específicos e cuidados à saúde física e mental de forma geral durante o climatério e a menopausa, períodos que marcam a transição entre a vida reprodutiva e não reprodutiva da mulher.

Já o PL 582/2024 busca garantir o diagnóstico precoce e agilizar o atendimento às mulheres com câncer de mama. A ideia é acompanhar os casos de suspeita ou de confirmação da doença, oferecendo uma abordagem individual às pacientes. Também ligada à saúde feminina está a Lei 12.354/2024, que instituiu a Política Estadual de Conscientização sobre a Proteção e o Combate ao HPV, o papilomavírus humano, um dos maiores responsáveis pelos casos de câncer de colo de útero.

E há também matérias de iniciativa da parlamentar que tratam do mercado de trabalho para mulheres, como o PL 596/2023, que fomenta a pesca sustentável e a atividade de marisqueiras no Estado, e o PL 136/2024, que busca ampliar o acesso feminino ao mercado de trabalho, por meio da formação técnica e da qualificação profissional.

Ainda relacionado à empregabilidade, o PL 624/2019 está em fase final de tramitação na Casa, garantindo 5% de vagas de empregos nas empresas prestadoras de serviço ao Estado, para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Janete de Sá

Apoio ao empreendedorismo feminino e denúncias de violência contra as mulheres são alguns dos focos do trabalho da deputada Janete de Sá na luta feminista. A parlamentar é proponente de inúmeras feiras de artesanato na sede da Assembleia, trazendo artesãs e mulheres empreendedoras do Estado para fortalecer seus negócios na Casa Legislativa.

A deputada foi a primeira procuradora especial da Mulher na Ales e criadora do órgão no Parlamento estadual. Ela comandou o setor de outubro de 2017 a março de 2019, sempre “com a missão de defender nossos direitos, combater a violência e promover a igualdade de gênero”, ressalta Janete de Sá.

“Também ajudo e ajudei a fiscalizar a aplicação de recursos orçamentários destinados à proteção dos direitos das mulheres, como, por exemplo, a construção da Casa da Mulher Brasileira, que começa a ser construída este ano, e o Centro Margaridas de Cariacica, inaugurado em 2023”, avalia Janete sobre sua atuação em benefício das mulheres capixabas.

A parlamentar também tem uma postura firme nas denúncias sobre feminicídios e na cobrança de punição dos criminosos, além da luta por políticas públicas de combate a esse tipo de crime. Em sessão no ano passado, por exemplo, a deputada apontou a necessidade de uma guerra de todos os Poderes instituídos e da população contra o machismo “uma insanidade que ainda impera na nossa sociedade”, destacou Janete.

Patrulha Maria da Penha

Aliás, uma medida criada pelo Estado em defesa das mulheres vítimas de violência foi inspirada na atuação da parlamentar. Janete de Sá se mobilizou para a aprovação do projeto de lei que instituiu a Patrulha Maria da Penha, mecanismo criado pela Lei 10.585/2016 voltado a atender, com mais agilidade, as mulheres que são agredidas ou correm o risco de agressão.

“Hoje é uma realidade a Patrulha Maria da Penha, basicamente em todos os municípios, formada por um casal de militares que faz as abordagens que vão ao encontro da mulher que é vítima da violência ou no caso em que haja perigo da mulher sofrer alguma violência”, explica a deputada.

Janete também conta que criou outro mecanismo de defesa da mulher, a Sala Lilás. O espaço proporciona um atendimento mais humanizado e acolhedor à mulher que necessite fazer o exame de conjunção carnal, para comprovar que foi vítima de violência sexual.

“Antigamente esse exame era feito junto, na mesma sala em que o agressor entrava para ser examinado (...) e essa mulher ficava de frente ao seu agressor. Agora não. Nós temos um local especializado pra fazer esse exame, uma sala apropriada, onde a mulher é examinada, sempre por uma médica legista, onde ela não vai sofrer o constrangimento de estar sendo examinada por um médico, sendo que foi exatamente um agressor do sexo masculino que cometeu esse tipo de violência contra ela. Isso causa menos constrangimento para a mulher que foi vítima de violência”, avalia Janete.

Já pensando em ações preventivas, de educação e conscientização para o fim da violência, Janete acredita ser fundamental a existência de iniciativas como o Agosto Lilás. A campanha foi incluída no calendário oficial do

Estado por iniciativa da parlamentar, autora da lei que institui no estado o mês dedicado à conscientização e às ações de prevenção e erradicação da violência contra a mulher.

A ideia é que o poder público, junto com a iniciativa privada e entidades da sociedade civil, realizem, anualmente, campanhas de esclarecimento e ações de educação com o objetivo de prevenir novos casos de violência e assim diminuir ou mesmo acabar com esse problema no Estado.

“É preciso continuar nessa luta, porque ainda é muito alto o índice de assassinatos de mulheres no Espírito Santo. Dados oficiais mostram isso, pois de janeiro até o início desse mês de agosto (2024), 52 mulheres foram mortas de forma violenta no Estado”, afirmou a parlamentar em plenário em agosto passado.

Outra proposta da deputada trata de evitar constrangimentos femininos em revistas de segurança em bancos e, ao mesmo tempo, busca estimular o emprego para mulheres. É a Lei 10.351, em vigor há dez anos.

“Nós também temos uma lei no Estado que determina que haja espaço para mulheres serem revistas, para a segurança patrimonial feminina poder revistar mulheres que entram nas instituições bancárias. Hoje quem vê uma mulher como vigilante patrimonial dentro dos bancos precisa saber que é fruto de uma lei nossa, buscando abrir espaço de emprego para mulheres em ambientes completamente masculinos”, afirma a deputada.

Raquel Lessa

Já a parlamentar Raquel Lessa avalia que a frente para legislações relacionadas a mulheres é bastante ampla, mas há uma área central nessa luta: “Eu tenho leis em várias áreas, eu tenho um olhar na educação, na assistência (...) mas em relação à violência contra a mulher, isso é um ponto que nos machuca muito”, afirma Raquel.

A deputada é autora da norma que determina que bares, restaurantes e casas noturnas no Espírito Santo adotem medidas de segurança e apoio às mulheres em situação de risco, como assédio e violência. É a Lei 11.046/2021.

A parlamentar lembra que, nesses locais, se a mulher se sentir ameaçada, em situação de risco, ela deve comunicar ao garçom ou dono do estabelecimento. “Eles vão te levar até um táxi, até o seu transporte, e até mesmo chamar a polícia”, afirma Raquel. A lei também determina que sejam fixados avisos nos banheiros femininos sobre a disponibilidade desse serviço de suporte às mulheres.

No final do ano passado foi promulgada outra lei da deputada Raquel Lessa. A legislação determina ao poder público a instalação de salas de apoio adequadas às mulheres que estejam em período de amamentação. A Lei 12.247/2024 estabelece a abertura de salas específicas e de fácil acesso para que servidoras, empregadas terceirizadas ou visitantes em período de lactação possam fazer a ordenha e a armazenagem adequada do leite materno, durante o horário de expediente.

A parlamentar também tem outros projetos de lei, ainda em andamento na Ales, em benefício das mulheres. Uma das propostas, o PL 52/2023 estabelece que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares de forma geral, públicos e privados, permitam a presença de doulas, sempre que solicitado pela parturiente. A presença dessas profissionais deve ser liberada durante todo o período de trabalho de parto, no parto e no pós-parto imediato.

Já o PL 15/2025 visa instituir a Política Pública Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa. A ideia é “propor diretrizes para a humanização e a qualidade do atendimento das mulheres nesses períodos, garantindo assistência e amparo à saúde física e mental” durante essa fase da vida feminina, quando dezenas de sintomas afetam significativamente o cotidiano de quem passa por esses momentos.

“Nós que somos mulheres, eu que estou na menopausa, a gente sabe como é o período em que a mulher entra em sofrimento mesmo. Com vários sintomas, mulheres com depressão, ansiedade, aquele calorão que dá na mulher, ela perde o desejo sexual, às vezes o marido não entende que ela está sofrendo. A gente sabe que é um período muito difícil que todas as mulheres passam. E eu fiz esse projeto de lei porque eu tenho certeza: é para a mulher nessa fase ter mais acesso aos exames, aos hormônios que a gente precisa usar e que são caros”, explica a autora da iniciativa.

Outra proposta parlamentar de Raquel Lessa em tramitação na Ales pretende instituir o direito para que mulheres grávidas realizem, pelo SUS, pelo menos uma ultrassonografia morfológica durante a gravidez. O PL 75/2025 explicita que o exame deverá ser realizado entre a 18ª e a 22ª semana de gestação, salvo recomendação médica diferente.

“Nós já temos direito a um determinado número de ultrassonografias normais. Mas essa morfológica vê o neném com mais detalhe. Então ela vê se tem probleminha cardíaco, se tem probleminha ortopédico... Às vezes está faltando algum órgão ou mesmo algumas doenças intelectuais, as doenças que aparecem aí (no exame). Então, assim como o teste do pezinho, é muito importante realizar esse exame”, avalia Raquel Lessa.

Há o que comemorar em 8 de março?

Apesar do cenário ainda de grande violência e machismo em nossa sociedade, as parlamentares estaduais do Espírito Santo concordam integralmente que não se pode deixar de reconhecer, sim, os avanços obtidos até aqui, no Dia Internacional das Mulheres, celebrado em 8 de março.

“Podemos comemorar muitas vitórias. Podemos comemorar que a mulher já está ocupando lugares que só homens ocupavam. Presidência de várias empresas famosas e grandes, tem mulher presidindo bancos, pilotando aviões, motoristas de carreta (...). Já tem mulher onde ela quer estar, sendo o que quer ser. Podemos comemorar porque há 80 anos a mulher não votava, hoje nós votamos, nós colocamos o nosso nome para sermos votadas. Então está evoluindo, sim. E nós precisamos evoluir mais, precisamos ocupar o nosso espaço, porque o nosso espaço é em todo lugar (...). A gente não quer tomar o lugar do homem, a gente só quer ocupar o nosso espaço”, afirma Raquel Lessa.

Para Janete de Sá, é preciso comemorar, mas sem esquecer os enormes problemas ainda existentes, como, por exemplo, o grande número de feminicídios que ainda assolam o nosso Estado. Mas, por outro lado, há um avanço muito grande, se comparado há décadas passadas.

“As mulheres estão mais inseridas no mercado de trabalho e em cargos como nunca visto antes. Tem mulher pilotando até avião de grande porte! Isso é um avanço enorme para todas nós. Mas eu volto a dizer que ainda podemos cada vez mais: podemos estar mais no mercado de trabalho, na política, na ciência, na segurança pública. E além de estarmos nessas posições, merecemos ser reconhecidas também, com salários compatíveis com o mercado, com a função que exercemos, tendo direitos iguais aos dos homens. E que este 8 de Março seja não somente para celebrar, mas para que possamos continuar na luta de conquistas, principalmente com relação aos nossos direitos”, avalia Janete de Sá.

Já para Camila Valadão também houve avanços. “Tanto que, no Espírito Santo, hoje temos quatro deputadas, (e na legislatura passada) eram três. Acho que esse é um avanço. Mas como eu ressaltai, acho que a gente vem avançando muito lentamente. Acho que nós precisávamos de medidas mais incisivas para poder alterar essa realidade de violência e desigualdade. Então a gente tem aspectos a comemorar, mas eu acho que a gente precisa, a cada 8 de março, a cada mês das mulheres, sempre lançar luz sobre os desafios que ainda precisam ser superados. Infelizmente esses são muitos”, conclui Camila Valadão.

Apesar dos muitos desafios, Iriny Lopes considera que “sempre há o que comemorar. Porque nós sempre conseguimos avançar um pedaço. E cada pedaço que avançamos nos custa dedicação, nos custa exposição, nos custa sermos ridicularizadas, nos custa sermos violentadas verbalmente e de outras maneiras. Então, tem custo. Então se eu conquisto, porque não vou comemorar? Vou comemorar. E vou dizer: as pessoas que abandonam a esperança, que se entregam (dizendo) ‘isso não tem jeito, vai ser assim’, essas já perderam. E nós não estamos aqui para perder”, ressalta a parlamentar.

VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA É INCLUÍDA NO CALENDÁRIO NACIONAL PARA TRÊS GRUPOS



A vacina contra a Influenza, que era ofertada em estratégia campanha, passa a ser incorporada no calendário nacional de vacinação a partir deste ano para crianças a partir de 6 meses a menores de 6 anos (5 anos, 11 meses e 29 dias), idosos com 60 anos ou mais e gestantes. A definição foi publicada pelo Ministério da Saúde, no último dia 28.

Ao fazer parte do calendário nacional destes grupos, a oferta da vacina será durante todo o ano, na rotina, e não mais em campanhas sazonais. A expectativa é que a nova estratégia passe a valer já a partir da segunda quinzena de março.

Segundo a coordenadora do Programa Estadual de Imunizações (PEI), Danielle Grillo, a inclusão desta vacina na rotina torna a proteção permanente ao longo do ano, entretanto ela alerta para a importância da imunização principalmente no período que antecede o aumento de casos de gripe. O período de aumento de casos é entre os meses de março e setembro, que compreendem as estações de outono e inverno.

“É importante destacar que a influenza

aumento ocorre no outono e inverno”, explicou Danielle Grillo.

A coordenadora lembrou ainda que a vacinação contra a gripe deve ser realizada todos os anos, uma vez que os imunizantes recebem atualizações quanto às cepas circulantes, a fim de garantir a proteção da população.

Ainda em fevereiro, o PEI encaminhou aos municípios capixabas a Nota Técnica N° 009/2025 com as informações referentes à mudança para a vacinação da gripe para estes três grupos. A Secretaria da Saúde (Sesa) aguarda as diretrizes operacionais a serem encaminhadas pelo Ministério da Saúde e o envio dos imunobiológicos para organização da ação, que tem previsão de início, segundo o órgão federal, a partir da segunda quinzena de março.

Demais grupos prioritários seguem estratégia especial

Para os demais grupos prioritários que participam da campanha de vacinação contra influenza, a vacinação seguirá na estratégia especial. Os grupos são: puérperas, povos indígenas,

é uma doença sazonal, mas os surtos de gripe podem surgir em qualquer época do ano. Sendo assim, é fundamental que o público-alvo receba a vacina antes do período de aumento de casos da doença, cujo

quilombolas, trabalhadores da saúde, professores das escolas públicas e privadas, pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, pessoas com deficiência permanente, profissionais das forças de segurança e salvamento e das forças armadas, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso, trabalhadores portuários, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas e população privada de liberdade.

Mudanças na rotina para rotavírus e poliomielite

Junto às orientações acerca da inclusão da vacina da gripe no calendário nacional de crianças, idosos e gestantes, a Nota Técnica N° 009/2025 informou sobre as outras mudanças definidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde.

As outras duas mudanças são referentes à poliomielite, cujo esquema vacinal e o reforço passam a ser exclusivamente com a vacina inativada (VIP), que é injetável.

E, em relação à vacina contra o rotavírus, que teve o período para aplicação das doses ampliado. A primeira dose, indicada aos dois meses de idade, pode ser administrada até os 11 meses e 29 dias; enquanto a segunda dose, indicada aos quatro meses, poderá ser aplicada até os 23 meses e 29 dias.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa



Av. Jones dos Santos Neves, 214 -

Centro - Barra de São Francisco - ES

Facebook: **Jornal O Vigilante** Instagram: **@jornalvigilante**

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: **jornalovigilante@bol.com.br**

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira